



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **1009440-95.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Ismael da Silva, CPF 131.119.028-70 - Advogada Drª Ariadne Trevizan Leopoldino**
 Requerido: **Claro S/A, CNPJ 40.432.544/0001-47 - Advogada Drª Magda Soares de Jesus e preposta Srª Michele Giampetro.**

Aos 09 de março de 2017, às 16:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. Juiz de Direito Dr. Silvio Moura Sales**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu(s) advogado(s). Presentes também a(s) testemunha(s) do autor, Srs. Valdeni e Matheus. Iniciados os trabalhos, a ré formulou proposta de acordo ao autor, mas ele a recusou. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas presentes, em termos em separado, e nos termos dos Provimentos de nºs. **866/2004** do Eg. Conselho Superior da Magistratura e **2304/2004** da Eg. Corregedoria Geral da Justiça, **foi(ram) gravado(s) em mídia (CD)** que será arquivado em cartório, em pasta própria, à disposição das partes. Certifico mais e finalmente, que a gravação do(s) depoimento(s) teve a ciência da(s) parte(s) e respectivo(a)(s) advogado(a)(s), o(a)(s) ficou/caram ciente(s) de que na hipótese de necessidade da “degravação” do(s) referido(s) depoimento(s), será incumbência da(s) parte(s). Terminados os depoimentos e não havendo mais provas a serem produzidas, a seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: *“VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. Trata-se de ação em que o autor alegou que possui um plano de telefonia celular pré-pago junto à ré, sempre realizando as recargas necessárias para o regular funcionamento da linha. Alegou ainda que sem qualquer motivação a ré passou a dirigir-lhe reiteradas cobranças sem que houvesse respaldo para tanto, inclusive efetuando ameaças. Almeja a sua condenação a abster-se de formular novas cobranças, bem como ao ressarcimento dos danos morais que experimentou. A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos artigos 2º e 3º do CDC. Aplica-se por isso entre outras regras, a da inversão do ônus da prova, como inclusive restou expressamente consignado no despacho de fls. 122. Assentada essa premissa, tocava à ré a demonstração da legitimidade das cobranças dirigidas ao autor. Ela, porém, não se desincumbiu satisfatoriamente desse ônus, porquanto em genérica contestação não descreveu com a necessária precisão qual seria o amparo para dirigir ao autor as cobranças impugnadas. Como se não bastasse, sequer refutou que o plano de telefonia pelo mesmo mantido fosse de natureza pré paga, circunstância que em princípio não permitiria gerar qualquer dívida a cargo do autor. Em consequência, reputa-se de início pertinente a versão apresentada pelo autor. Por outro lado, os danos morais invocados pelo mesmo estão caracterizados. A petição inicial foi instituída pelos documentos de fls. 16/62, os quais dão conta de diversas cobranças por mensagens e ligações feitas ao autor. De igual modo são os documentos de fls. 114/117. De outra parte, as constantes ligações feitas ao autor foram confirmadas de maneira coesa pelas testemunhas ouvidas na audiência. Valdeni Vila Nova Fonseca e Matheus Augusto de Oliveira prestaram depoimentos uniformes dando conta de que o autor recebia inúmeras ligações diárias provenientes de diversos Estados e que se voltavam a sua cobrança. Confirmaram, ainda, que ele procurava explicar que nada devia à ré, mas mesmo assim as cobranças voltavam a suceder e continuamente. As testemunhas informaram que esse estado de coisas acarretou grande nervosismo ao autor, valendo registrar que durante*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

*aproximadamente 02 meses ele ficou sem o sinal do celular, interrompido sem fundamento por parte da ré. Isso aumentou ainda o seu grau de sofrimento, até pelas repercussões patrimoniais que acabou tendo. O quadro delineado basta para a caracterização dos danos morais. É inegável por todos os elementos coligidos que foi imposto ao autor frustração de vulto que ultrapassou em larga medida os meros dissabores próprios da vida cotidiana ou o simples descumprimento contratual. Qualquer pessoa mediana que estivesse na posição do autor teria igual desgaste elevado, como indicam as regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9099/95), tudo a confirmar a ocorrência dos danos morais. O valor da indenização, porém, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece ser excessivo. Assim, inexistente preceito normativo que regule a matéria, mas atento a condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 8.000,00. Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a presente ação, para condenar o(a) requerido(a) a pagar ao(à) autor(a), a importância de **R\$ 8.000,00**, acrescida de monetária a partir desta data e juros legais desde a citação, bem como para tornar definitiva a decisão de fls. 63/64, item I. Deixo de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE". Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.*

Requerente:

Adv. Requerente: Ariadne Trevizan Leopoldino

Requerido - preposta:

Adv^a. Requerido: Magda Soares de Jesus

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA